

RELIGIÃO: ARMA CONTRA O ESTADO ?

Guilherme Henrique Filgueira FERRUCCI¹

RESUMO: Esse texto tem como objetivo esclarecer e esmiuçar a influência das instituições religiosas e seus agentes, nas eleições políticas e no governo do país.

Palavras-chave: Estado. Igreja. Religião. Política. Sociedade.

1 INTRODUÇÃO

Partindo da premissa da lei federal que já na primeira Constituição da República, de 24 de fevereiro de 1891, no art. 72, § 3º, foram consagradas as liberdades de crença e de culto, estabelecendo-se que "todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum", analisado este paragrafo podemos observar que a partir do momento em que o Estado abre mão da religião católica como única para a nação, e abre espaço para as demais religiões, observamos que a igreja católica perde sua autonomia em relação ao Estado, e passa a ser simplesmente uma religião e não um meio de poder. Com base em tais observações podemos compreender que o Estado passa a ser laico, assim, se posicionando de forma imparcial em relação as questões religiosas da população

2 DESENVOLVIMENTO

“As urnas foram generosas com os candidatos evangélicos nas últimas eleições. A bancada dos crentes na Câmara dos Deputados aumentou de tamanho e começa a nova legislatura, em fevereiro, bem maior. O número de deputados federais identificados como evangélicos deu um salto, passando de 49 para 71, o que corresponde a 14% da composição da Câmara, que tem 513

¹ Discente do 1º ano do curso de Direito das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. guilherme-ferrucci@hotmail.com.

integrantes. De acordo com informações do site da Frente Parlamentar Evangélica, foram reeleitos 31 deputados, e quarenta vão para o primeiro mandato. O número não inclui os eleitos com apoio da Igreja Universal do Reino de Deus, que nem sempre votam em conjunto com os demais congressistas evangélicos. No Senado, reelegeram-se Magno Malta (PR-ES) e Marcelo Crivella (PRB-RJ), e o deputado federal Walter Pinheiro (PT) conquistou seu primeiro mandato de senador pela Bahia. O crescimento pode ter sido alavancado pela oposição da Igreja a vários pontos do terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos, o PNDH-3. O conjunto de medidas, sancionadas pelo presidente Lula, tem pontos considerados polêmicos pelos religiosos”. (Texto: O peso dos religiosos na política. Publicado em 11 de fevereiro de 2011 no site www.portalfiel.com.br)

No trecho citado podemos notar que apenas contabilizando a bancada evangélica, o número de eleitos que se manifestam religiosamente teve um aumento considerável.

Eis a chave da questão: É possível afirmar que um candidato a algum cargo público pode influenciar seu eleitor declarando publicamente sua religião e crença?

2.1 Seção Secundária

Podemos listar alguns casos em que, notoriamente, a religião em si “bateu de frente” com a política, como quando a atual presidente Dilma Rousseff disse em campanha ser a favor do aborto, o que deixou católicos revoltados fazendo com que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgasse uma carta em que pedia aos fiéis para não votarem na candidata do PT fazendo uma relação entre Deus e o imperador de Roma César:

“Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”. Com esta frase Jesus definiu bem a autonomia e o respeito, que deve haver entre a política (César) e a religião (Deus). Por isto a igreja não se posiciona nem faz campanha a favor de nenhum partido ou candidato, mas faz parte da sua missão zelar para que o que é de "Deus" não seja manipulado ou usurpado por "César" e vice-versa.

“Quando acontece essa usurpação ou manipulação é dever da igreja intervir convidando a não votar em partido ou candidato que torne perigosa a liberdade religiosa e de consciência ou desrespeito à vida humana e aos valores da família, pois tudo isso é de Deus e não de César. Vice-versa extrapola da missão da igreja querer dominar ou substituir-se ao estado, pois neste caso ela estaria usurpando o que é de César e não de Deus.

“Na atual conjuntura política o Partido dos Trabalhadores (PT) através de seu IIIº e IVº Congressos Nacionais (2007 e 2010 respectivamente), ratificando o 3º

Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH3) através da punição dos deputados Luiz Bassuma e Henrique Afonso, por serem defensores da vida, se posicionou pública e abertamente a favor da legalização do aborto, contra os valores da família e contra a liberdade de consciência. “Na condição de Bispo Diocesano, como responsável pela defesa da fé, da moral e dos princípios fundamentais da lei natural que - por serem naturais procedem do próprio Deus e por isso atingem a todos os homens -, denunciemos e condenamos como contrárias às leis de Deus todas as formas de atentado contra a vida, dom de Deus, como o suicídio, o homicídio assim como o aborto pelo qual, criminosa e covardemente, tira-se a vida de um ser humano, completamente incapaz de se defender. A liberação do aborto que vem sendo discutida e aprovada por alguns políticos não pode ser aceita por quem se diz cristão ou católico. Já afirmamos muitas vezes e agora repetimos: não temos partido político, mas não podemos deixar de condenar a legalização do aborto (confira-se Ex. 20,13; Mt 5,21).

“Isto posto, recomendamos a todos verdadeiros cristãos e verdadeiros católicos a que não deem seu voto à Senhora Dilma Rousseff e demais candidatos que aprovam tais "liberações", independentemente do partido a que pertençam.

Dom Luiz Gonzaga Bergonzini"

(Publicada pela CNBB em 21/07/2010 às 20h31m).

2.1.1 Seção Terciária

A partir dessa carta é possível afirmar que grande parte da população católica foi contra a candidata Dilma Rousseff, apesar de a mesma ter sido eleita como presidente do país (o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE não informa a quantidade de católicos que se consideram PRATICANTES no Brasil).

Há ainda o eleitorado evangélico que na última eleição teve como representante a candidata Marina Silva que curiosamente ou sabiamente não se armou de discursos religiosos para atrair mais eleitores, nem foi muito insistente com assuntos polêmicos, diferente de sua oponente:

De acordo com o presidente do Conselho de Comunicação da CGADB, pastor Mesquita, a Assembleia de Deus “não apoia nenhum candidato oficialmente”. Ele afirma que a ala majoritária “demonstra apoio a José Serra e proximidade com ele”. “Há uma resistência da CGADB a Dilma Rousseff, que é muito progressista e liberal em assuntos como aborto e casamento gay. Não negamos direitos a ninguém. Eles [os homossexuais] têm direito de fazer o que quiserem, mas não absorvemos essas ideias e somos totalmente contrários a elas”.

A outra ala da Assembleia de Deus, conhecida como Ministério Madureira, conta com 6 milhões de seguidores e está com Dilma. Neste sábado, o deputado federal Pastor Manoel Ferreira (PR-RJ), líder da convenção nacional, organizou um evento em Brasília com fieis de diversas igrejas evangélicas para apoiar a petista, como Assembleia de Deus, Sara Nossa Terra e Igreja Universal do Reino de Deus. Segundo o deputado-pastor, o apoio à ex-ministra foi negociado e eles teriam recebido a promessa de Dilma de que um eventual governo petista deixaria questões polêmicas como a legalização do aborto e a união civil entre homossexuais para serem discutidas apenas pelo Congresso.

Enquanto isso, a candidata do PV à Presidência, Marina Silva, não encontra apoio oficial nem mesmo na igreja à qual pertence. A verde é da Assembleia de Deus desde 1997 e, segundo a CGADB, “a igreja deveria ter amadurecimento para anunciar um apoio oficial a Marina”. Segundo representantes da convenção, a igreja poderia exigir dela um governo norteado pelos “ensinamentos cristãos”. Mas não foi isso que aconteceu.

Dilma que se dizia católica não praticante afastou o possível eleitorado religioso

sendo polêmica ao anunciar que é a favor do aborto e que implantaria clínicas legalizadas de aborto por todo o país.

Marina que se absteve de comentar assuntos polêmicos durante a candidatura perdeu seu eleitorado evangélico por um motivo não muito claro.

3 CONCLUSÃO

Portanto: É possível afirmar que um candidato a algum cargo público pode influenciar seu eleitor declarando publicamente sua religião e crença?

Apesar de vivermos em um estado laico, o ser humano não consegue ser imparcial. Ao se declarar de certa religião o candidato em questão atrai para ele os votos dos eleitores que se identificam com tal religião, porém o problema é que ao ser eleito ele não será apenas um agente do poder legislativo, ele será um agente de um sistema laico, sofrendo influência e pressão de terceiros, religiosos, desta forma, a religião influenciará diretamente no poder legislativo, manipulando assim o estado novamente, como já ocorreu anteriormente no sistema Igreja-Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Site: O Portal do Fiel –www.portaldofiel.com.br

Site: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - <http://www.cnbb.org.br/site/>

Site: Notícias Gospel Prime - <http://noticias.gospelprime.com.br/>

BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República Federativa do Brasil**

KANT, Immanuel. **A Religião no Limite da Simples Razão** – (como leitura de base)